



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0001045951

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2264669-49.2020.8.26.0000, da Comarca de Osasco, em que é impetrante WAGNER BERNARDINO DA SILVA e Paciente THIAGO FERREIRA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CAMILO LÉLLIS (Presidente sem voto), ROBERTO PORTO E EUVALDO CHAIB.

São Paulo, 18 de dezembro de 2020.

EDISON BRANDÃO
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Habeas Corpus nº 2264669-49.2020.8.26.0000

Autos de origem nº 1502504-64.2019.8.26.0542

Impetrado: MM. Juízo de Direito da Vara do Júri da Comarca de Osasco

Impetrante: Wagner Bernardino da Silva

Paciente: **THIAGO FERREIRA**

Voto nº 40511

HABEAS CORPUS – Homicídio qualificado tentado – Alegada ilegalidade decorrente da ausência de reavaliação da necessidade da prisão cautelar – Não ocorrência – Decisão, proferida no mês de novembro deste ano, que reafirmou a necessidade da manutenção da custódia cautelar, em observância ao art. 316, parágrafo único, do CPP – Eventual inobservância do prazo que não implica revogação automática da custódia – Decisão proferida pelo C. STF – Pleito de substituição do cárcere por prisão domiciliar – Decisão proferida no HC 165.704/DF que não se aplica aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa – Ausência, ademais, de comprovação de que o paciente seja indispensável aos cuidados da criança – Inexistência de constrangimento ilegal – Ordem denegada.

Cuida-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Wagner Bernardino da Silva, em favor de THIAGO FERREIRA, que estaria sofrendo constrangimento ilegal por parte do MM. Juízo de Direito da Vara do Júri da Comarca de Osasco.

Narra, de início, que o paciente foi preso pela suposta prática do crime de homicídio duplamente qualificado. Alega, em síntese, que sofre constrangimento ilegal pois a autoridade impetrada deixou de reavaliar a necessidade de manutenção da custódia, nos termos do parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal.

Pontua, ademais, que o paciente é genitor de uma criança menor de idade, que possui epilepsia, sendo ele responsável por seus cuidados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Requer, assim, substituição do cárcere por prisão domiciliar (fls. 01/03).

A liminar foi indeferida à fls. 52/53.

Foram prestadas as informações de estilo (fls. 56/60) e a Douta Procuradoria Geral de Justiça se manifestou pela denegação da ordem (fls. 63/66).

Relatei.

Consta dos autos que, em tese, no dia 14 de setembro de 2019, por volta de 00h06, na Avenida Hildebrando de Lima, 175, Km 18, neste município e comarca de Osasco, **THIAGO FERREIRA**, imbuído de ânimo homicida, por motivo fútil e valendo-se de recurso que dificultou a defesa da vítima, tentou matar Vanderlei Alexandre Costa, mediante disparos de arma de fogo, deixando de consumir o homicídio por circunstâncias alheias à sua vontade.

Apurou-se que, no dia e local dos fatos, Vanderlei estava em um bar acompanhado de seu primo e a esposa dele. O ofendido conversava com uma moça quando **THIAGO** entrou no estabelecimento e se aproximou, falando ao celular. Imaginando que tal moça estivesse acompanhando de **THIAGO**, o ofendido dirigiu-se a ele, encostando em seus ombros e pedindo desculpas. O acusado, então, se irritou, ordenando que não encostasse nele.

Segundo apurado, **THIAGO** saiu do estabelecimento e Vanderlei saiu atrás dele com o intuito de solucionar o mal-entendido. Após conversarem brevemente, a suposta vítima retornou para o interior do estabelecimento, ocasião em que **THIAGO** o chamou para que fosse à calçada.

Ato contínuo, com *animus necandi*,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

THIAGO sacou a arma de fogo que trazia consigo e efetuou dois disparos contra Vanderlei.

O homicídio apenas não se consumou porque populares que estavam no local lograram deter o acusado e impedir que prosseguisse na execução do delito. Ademais, o ofendido foi imediatamente socorrido por seu primo, além de ter sido eficientemente medicado no hospital.

O crime foi praticado por motivo fútil, pois **THIAGO** teria tentando matar Vanderlei porque se irritou com sua atitude ao pedir desculpas por estar conversando com uma moça.

O acusado também se valeu de recurso que dificultou a defesa da vítima, uma vez que, sabendo que ela estava desarmada e confraternizando-se no bar com seus amigos, chamou-o para fora do estabelecimento fazendo crer que conversaria com ela e, sem que pudesse prever o ataque inesperado, efetuou disparos contra ela.

Pois bem.

A presente ordem deve ser denegada.

Primeiramente, registra-se que a legalidade da prisão cautelar do paciente já foi analisada por esta C. Câmara, nos autos dos *habeas corpus* nº 2228509-59.2019.8.26.0000 e nº 2144904-84.2020.8.26.0000. Além disso, ainda foram impetrados outros dois *habeas corpus*, sob nº 2197043-13.2020.8.26.0000, indeferido liminarmente por se tratar de reiteração de pedido anterior, e nº 2195983-05.2020.8.26.0000, que pretendia a redesignação do Plenário do Júri em razão da pandemia do COVID-19.

No mais, não se verifica a existência



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem pretendida.

Em relação à alegada violação ao parágrafo único, do art. 316, do Código de Processo Penal, a autoridade impetrada consignou que *"(...) o impetrante falta com a verdade ao afirmar que este juízo não apreciou a necessidade da custódia cautelar, conforme determina o artigo 316 § único do CPP, eis que há tal decisão a fls. 453, proferida em 16 de julho p.P, bem como a fls. 666, em 04 de novembro pp" (fls. 58).*

E, de fato, em consulta aos autos de origem, verifica-se que, em 04.11.2020, foi proferida decisão que reafirmou a necessidade de manutenção da custódia preventiva (fls. 666 dos autos de origem), não havendo que se falar, pois, em violação à norma prevista em referido artigo. Aliás, na decisão, o magistrado determinou que os autos tonem conclusos em 85 dias, para que se proceda à nova análise da questão, em observância à norma contida no Estatuto Processual Penal.

E, ainda que assim não fosse, registra-se que, para que se proceda à revogação da prisão cautelar, o juiz deve fundamentar que os requisitos, anteriormente presentes, não mais subsistem, indicando que não mais se verifica a presença de motivos para subsistência da custódia cautelar. Nesse sentido, a revogação da prisão preventiva, assim como sua decretação, depende de decisão devidamente fundamentada do Juízo prolator da decisão, não sendo razoável que a soltura se dê tão somente pelo decurso do prazo de 90 dias.

Sabe-se que a legislação processual penal não prevê prazo de duração para a prisão cautelar, que deve se pautar pelos princípios da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aliás, conforme decidido em recentíssima decisão proferida pelo Plenário do C. Supremo Tribunal Federal, a inobservância do decurso de referido prazo não implica na libertação automática do preso, devendo o MM. Juízo prolator da decisão que decretou a custódia ser instado a rever sua necessidade.

Confira-se:

*"Decisão: O Tribunal, por maioria, referendou a decisão em Suspensão de Liminar, com a consequente confirmação da suspensão da decisão proferida nos autos do HC 191.836 até o julgamento do writ pelo órgão colegiado competente, determinando-se a imediata prisão de A.O.M, nos termos do voto do Ministro Luiz Fux (Presidente e Relator), vencido o Ministro Marco Aurélio, que inadmitia a possibilidade de Presidente cassar individualmente decisão de um integrante do Tribunal. O Ministro Ricardo Lewandowski, preliminarmente, não conhecia da Suspensão e, vencido, ratificou a liminar. Em seguida, por maioria, **foi fixada a seguinte tese de julgamento: "A inobservância do prazo nonagesimal do artigo 316 do Código de Processo Penal não implica automática revogação da prisão preventiva, devendo o juízo competente ser instado a reavaliar a legalidade e a atualidade de seus fundamentos"**, vencido o Ministro Marco Aurélio. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli. Plenário, 15.10.2020"*¹

Por fim, no que tange à alegação de que o paciente é genitor de uma criança menor de idade, ressalta-se que está sendo processado pela suposta prática de crime de homicídio, sendo certo que a decisão proferida no *habeas corpus* 165.704/DF, pelo C. Supremo Tribunal Federal, prevê, para a concessão da prisão domiciliar, dentre o mais, "(...) (iv) a submissão

¹ <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6025676>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

aos mesmos condicionamentos enunciados no julgamento do HC nº 143.641/SP, especialmente no que se refere à vedação da substituição da prisão preventiva pela segregação domiciliar em casos de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, ou contra os próprios filhos ou dependentes;" (g.n.).

Além disso, não há nos autos a comprovação de que o paciente seja o único responsável ou indispensável ao cuidado da criança.

Nesse passo, a decisão que indeferiu o pleito defensivo se encontra devidamente fundamentada, inexistindo irregularidade a ser sanada. O magistrado de origem pontuou que: "(...) O requerimento com base no julgamento do HC 165.704 não se sustenta, visto que não ficou demonstrado que o réu é o único possível responsável pelos cuidados da criança, inclusive, há vedação expressa da substituição de prisão preventiva pela segregação domiciliar para crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, que é o caso dos autos." (fls. 666 dos autos de origem).

Sendo assim, incabível a concessão da benesse, não se vislumbrando a presença de constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem.

Posto isto, **DENEGO** a presente ordem.

EDISON BRANDÃO
Relator